

## EDUCAÇÃO

# Mensalidade traz dúvida e discórdia

Depois do PL que legaliza ensino em casa, Câmara analisa PEC que impõe cobrança de contribuição, nas universidades públicas, de alunos vindos de famílias que tenham melhor condição financeira

» JÁDER REZENDE  
» RAPHAEL FELICE

Depois do projeto de lei sobre o ensino domiciliar, aprovado na semana passada, começou a tramitar na Câmara dos Deputados uma proposta de emenda constitucional polêmica: a que estabelece a cobrança de mensalidade nas universidades públicas. A matéria, que seria analisada ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa, voltará à pauta somente depois de uma audiência pública para debater o tema.

A PEC 206/19 é de autoria do deputado General Peternelli (União-SP), que defende a tese de que a gratuidade atual privilegia filhos das famílias de maior renda. “Minha proposta é simples: quem pode, paga; quem não pode, não paga. O principal é propiciar uma universidade de com ensino de qualidade”, explicou. A relatoria da proposta é do deputado Kim Kataguiri (União-SP), que deu sinal verde para ir adiante.

O texto foi trazido à tona no momento em que circula o documento *Projeto de Nação — O Brasil em 2035*, elaborado por três entidades ligadas a militares da reserva, entre eles o Instituto Villas-Boas — que leva o nome do general Eduardo Villas Boas, ex-comandante do Exército e um dos mentores do presidente Jair Bolsonaro (PL). Uma das sugestões do estudo é justamente a cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

APEC foi mal recebida. Entidades estudantis e parlamentares enxergam na iniciativa um grande retrocesso. Bruna Berlitz, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), participou da sessão da CCJ e explicou que aplicar mensalidades em universidades públicas não resolve as desigualdades. “Precisamos de mais investimento em educação. Até porque, 70% dos alunos em universidades públicas têm renda per capita de um salário mínimo. Se passar na CCJ e for a plenário, os estudantes devem se mobilizar”, alertou.

Nilson Bastian/Agência Câmara



Texto de Peternelli ressurge no momento em que circula proposta de militares que defende cobrança de mensalidade na universidade pública

## Novo perfil

Para Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e ex-ministro da Educação, é “corriqueiro” propor-se a cobrança de mensalidades dos alunos mais ricos que estejam na universidade pública. Mas pondera que o perfil desses estudantes mudou.

“Não é mais verdade que o universitário típico, nas instituições federais, seja alguém que estudou em colégios particulares caros. Cada vez temos mais alunos que vêm das escolas públicas e cada vez mais descendentes de africanos ou de indígenas”, assegura.

Janine Ribeiro faz, ainda, um alerta: “A educação não deve ser entendida como um subsídio estatal para melhorar a renda dos educados, e sim como um investimento que a sociedade efetua para retornos importantes destinados a todos”.

O presidente da Associação

Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Marcus David, endossa as observações de Janine Ribeiro — de que as universidades públicas não são redutos dos mais abastados. “Há um grande equívoco, como se as universidades estivessem ocupadas exclusivamente por alunos de classes alta e média. É necessário que haja uma rede de universidades que ofereçam ensino de excelência para alavancar a sociedade”, aponta.

Soraya Smaili, dirigente do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (Sou Ciência), considera que o projeto não deveria sequer ser debatido. “Essa proposta não diz respeito à nossa realidade. É algo contrário a tudo que o nosso país precisa. Precisamos discutir a expansão da educação pública de qualidade. Esse texto é totalmente extemporâneo, não tem o menor sentido”, criticou.

## Relator defende proposta

O deputado Kim Kataguiri (União-SP), relator da PEC 206/19 que considerou o texto constitucional para ser levado a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, defendeu a proposta. E destacou que a “grande maioria” dos alunos da universidade pública hoje não pagaria mensalidade.

“As próprias universidades, cujas administrações são definidas pelos alunos e professores, determinariam a proporção a ser paga por quem pode pagar. O dinheiro poderia ser revertido para alimentação, transporte e aulas de reforço para alunos carentes”, exemplificou Kataguiri.

O líder do partido Novo na Câmara, deputado Tiago Mitraud (MG), se posicionou favoravelmente à PEC. “Por que os ricos não podem pagar pela sua própria universidade no Brasil?”, indagou.

Para Marcelo Freixo, deputado e pré-candidato do PSB ao

governo do Rio de Janeiro, a PEC cria barreiras para o acesso dos jovens à universidade. “A gente tem que facilitar o acesso da graduação ao ensino superior, não criar barreiras. Dito isso, o projeto tem outros problemas graves. Ele sequer define claramente quem teria e quem não teria que pagar”, salientou.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) — autora do requerimento que adiou a votação da proposta e convocou uma audiência pública para discutí-la — afirmou que “essa PEC desobriga o Estado de suas responsabilidades”.

Já para o senador Paulo Paim (PT-RS), integrante da Comissão de Educação do Senado, “a distorção no público das universidades é porque, basicamente, até o momento, o princípio constitucional de igualdade de acesso não foi devidamente observado e cumprido”. (JR e RF)

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Brasil **Página:** 5